



<p><b>Público</b></p> <p>12-10-2019</p>	<p><b>Periodicidade:</b> Diário</p>	<p><b>Temática:</b> Justiça</p>
	<p><b>Classe:</b> Informação Geral</p>	<p><b>Dimensão:</b> 1174 cm<sup>2</sup></p>
	<p><b>Âmbito:</b> Nacional</p>	<p><b>Imagem:</b> S/Cor</p>
	<p><b>Tiragem:</b> 31885</p>	<p><b>Página (s):</b> 1/16</p>

## Cresce mal-estar com Lucília Gago no Ministério Público

Um ano após tomar posse, a procuradora-geral da República é criticada pelo seu isolamento **p16**



# Mal-estar no Ministério Público no aniversário da posse de Lucília Gago

Completa-se hoje um ano do primeiro mandato da procuradora. Há quem elogie a política de continuidade e há quem veja no seu recato um isolamento pouco compreensível numa líder do Ministério Público

**Justiça**  
**Mariana Oliveira**

No primeiro aniversário da posse da procuradora-geral da República, que se celebra hoje, parece claro que está enterrado o “estado de graça” que se vinha a sentir nos últimos anos no Ministério Público (MP). Ainda longe de um divórcio formalizado e sem que ninguém assuma sequer uma separação de facto, começam a sentir-se sinais de um mal-estar entre a estrutura do MP e a sua líder, Lucília Gago.

O primeiro desaguisado teve como palco o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), o órgão colegial que nomeia a maior parte dos responsáveis pelos diversos departamentos desta magistratura. Logo a 18 de Dezembro do ano passado, a maioria dos membros escolheu o então director do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), uma unidade especializada na investigação da criminalidade violenta e altamente organizada, para o cargo de procurador-geral distrital de Lisboa. O lugar ia ser deixado vago por Maria José Morgado, que se ia jubilar. Nada de estranho, não tivesse o nome de Amadeu Guerra sido apresentado por um grupo de nove conselheiros, à revelia dos três nomes sugeridos pela procuradora-geral.

Lucília Gago, que recusou integrar o nome de Amadeu Guerra na sua lista, saiu derrotada da batalha e não conseguiu eleger a sua preferida, a inspectora Paula Peres. Isto apesar de, antes da votação, a procuradora-geral ter sublinhado que entendia, que não existia “fundamento válido para a abrupta cessação da comissão de serviço do director do DCIAP (...) tendo em conta as relevantes e complexas investigações criminais em curso nesse departamento – algumas numa fase crucial e/ou de ultimção –, sob pena de grave comprometimento do superior trabalho de acompanhamento e direcção”. Rematava com um recato: “Este órgão sobera-

namente pondere e delibere, assumindo as correspondentes consequências”. Apesar do tom, os conselheiros elegeram Amadeu Guerra à revelia da procuradora-geral, o que só tinha acontecido uma vez na história do Ministério Público.

## Recato ou afastamento?

Se alguns avaliam como positiva a evidente mudança de estilo da nova procuradora-geral face à antecessora, Joana Marques Vidal, há quem destaque que o recato e a reserva que caracterizam Lucília Gago a deixaram mais distante da estrutura do MP, que começa a queixar-se do isolamento da sua líder. Falam de uma procuradora-geral fechada sobre si mesma, sem visitas de trabalho de relevo às comarcas e aos principais departamentos do MP, numa altura em que faltam mais de 200 procuradores nos tribunais de todo o país e são evidentes os sinais de esgotamento de muitos magistrados.

Mesmo assim, há quem faça um balanço positivo deste primeiro ano. Barradas Leitão, membro permanente do CSMP, um não-magistrado indicado pela Assembleia da República, diz que “Lucília Gago manteve o rumo que vinha de trás, com o incremento do combate ao crime económico e à corrupção, apesar de uma mudança de estilo de maior recato”. Também Pedro Branquinho, eleito

para o CSMP pelos procuradores da categoria mais alta, não poupa nos elogios a Lucília Gago, a quem nem consegue apontar nenhum ponto negativo. Nenhum aceita, contudo, falar sobre o assunto quente do momento, a decisão hierárquica do novo director do DCIAP, Albano Pinto, que travou a inquirição do primeiro-ministro e do Presidente da República como testemunhas, no caso de Tancos.

A razão é simples: o CSMP vai discutir no próximo dia 22 como se concilia a autonomia dos procuradores com os poderes da hierarquia, e será nessa sede que vão expor as suas opiniões. Quem não esperou até lá foi Lucília Gago, que, apesar da parca exposição pública, defendeu esta semana que a “intervenção do director do DCIAP [uma escolha sua] surgiu num contexto processual e factual que mais não foi do que o exercício das funções directivas que lhe estão cometidas”.

Apesar de juridicamente defensável, esta posição é minoritária dentro do Ministério Público. A maior parte dos magistrados ouvidos pelo PÚBLICO, alguns com largos anos em posições de direcção, considera que a possibilidade de interferência dos superiores hierárquicos nas investigações criminais é limitada. Isso mesmo foi defendido pelo presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, António Ventinhas, num artigo de opinião publicado na revista *Sábado*: “O superior hierárquico não pode ter interferência nas diligências de produção de prova, isto é, não pode determinar ou impedir a realização de buscas ou intercepções telefónicas, a constituição de arguidos ou inquirição de testemunhas.”

A maioria defende que os poderes de Albano Pinto em Tancos circunscrevem-se à possibilidade de chamar a si a direcção da investigação. Contactado pelo PÚBLICO para fazer o balanço deste ano de Lucília Gago, António Ventinhas foi comedido: “Ainda passou pouco tempo para se poder fazer uma análise do desempenho da procuradora-geral.” Será um sinal?

mariana.oliveira@publico.pt



**Lucília Gago tomou posse a 12 de Outubro de 2018 e logo em Dezembro foi derrotada na escolha para a direcção do Departamento Central de Investigação e Acção Penal**

MIGUEL FERASOCABRAL/810